



**ACÓRDÃO Nº2030/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11748/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM)
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Orestes Guimarães de Melo Filho (Ordenador de Despesa), Lucilene Vasconcelos Bezerra de Souza (Ordenador de Despesa), Francisco Deodato Guimarães (Gestor).
- 6- **Advogado:** Tula Campos de Oliveira Sampaio – OAB/AM 2973
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6294/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM). Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM), referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **Orestes Guimarães de Melo Filho**, Secretário Executivo da Secretaria de Estado da Saúde – SES e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2018 a 27.08.2018 e de 05.11.2018 a 31.12.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM), referente ao exercício de 2018, de responsabilidade da Senhora **Lucilene Vasconcelos Bezerra de Souza**, Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde – SES e Ordenadora de Despesas, no período de 28.08.2018 a 04.11.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22,



**ACÓRDÃO Nº2030/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

- 10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM), referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **Francisco Deodato Guimarães**, Ex-Secretário de Estado de Saúde – SUSAM.
- 10.4. Dar quitação** ao Senhor **Orestes Guimarães de Melo Filho**, Secretário Executivo da Secretaria de Estado da Saúde – SES e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2018 a 27.08.2018 e de 05.11.2018 a 31.12.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.5. Dar quitação** à Senhora **Lucilene Vasconcelos Bezerra de Souza**, Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde – SES e Ordenadora de Despesas, no período de 28.08.2018 a 04.11.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.6. Dar quitação** ao Senhor **Francisco Deodato Guimarães**, Ex-Secretário de Estado de Saúde – SUSAM, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.7. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.7.1.** A Unidade Gestora encaminhou junto a Prestação de Contas Anual, do exercício de 2018, o Certificado de Auditoria nº 081/2018, bem como o Relatório de Avaliação de Controle Interno nº 128 CGE/AM, elaborado pela Controladoria Geral do Estado, referente ao 1º ciclo de auditoria, relativo ao período de janeiro a maio /2018, com o respectivo plano de providências a serem adotadas no prazo de 30 dias, improrrogáveis, ciente do resultado do referido Relatório, quais as medidas adotadas pela Unidade Gestora, em relação a avaliação do Controle Interno;

**10.7.2.** Justificar os motivos que ensejaram na efetivação de liquidação e pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores nas Natureza de Despesas (3190.9299, 3390.9214, 3390.9215 e 3391.9299) totalizando o



**ACÓRDÃO Nº2030/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

valor de R\$ 446.122,01, conforme demonstrado no Relatório de Execução de Despesa por Natureza, no sistema de Administração Financeira Integrada – AFI;

**10.7.3.** Apresentar manifestação da autoridade ordenadora de despesa com identificação do credor, valores devidos e disponibilidade orçamentária a época suficiente para quitação da despesa, atestado de regularidade assinado pelo ordenador de despesa e o ato de reconhecimento de dívida, correspondente as despesas de exercícios anteriores na natureza de despesa 3390.9209 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor total de R\$ 40.282.448,82, conforme demonstrado no Relatório de Execução de Despesa por Natureza, no sistema de Administração Financeira Integrada – AFI;

**10.7.4.** Apresentar manifestação da autoridade ordenadora de despesa com identificação do credor, valores devidos e disponibilidade orçamentária a época suficiente para quitação da despesa, atestado de regularidade assinado pelo ordenador de despesa e o ato de reconhecimento de dívida, correspondente as despesas de exercícios anteriores na natureza de despesa 3390.9214 – Material de Consumo – Exerc. Anterior, no valor total de R\$ 109.220,11, conforme demonstrado no Relatório de Execução de Despesa por Natureza, no sistema de Administração Financeira Integrada – AFI;

**10.7.5.** Apresentar manifestação da autoridade ordenadora de despesa com identificação do credor, valores devidos e disponibilidade orçamentária a época suficiente para quitação da despesa, atestado de regularidade assinado pelo ordenador de despesa e o ato de reconhecimento de dívida, correspondente as despesas de exercícios anteriores na natureza de despesa 3390.9215 – Material farmacológico – Exerc. Anterior, no valor total de R\$ 6.895,50, conforme demonstrado no Relatório de Execução de Despesa por Natureza, no sistema de Administração Financeira Integrada – AFI;

**10.7.6.** Apresentar manifestação da autoridade ordenadora de despesa com identificação do credor, valores devidos e disponibilidade orçamentária a época suficiente para quitação da despesa, atestado de regularidade assinado pelo ordenador de despesa e o ato de reconhecimento de dívida, correspondente as despesas de exercícios anteriores na natureza de despesa 3390.9234 – Substituição de Mão de Obra, no valor total de R\$ 95.052.395,17, conforme demonstrado no Relatório de Execução de Despesa por Natureza, no sistema de Administração Financeira Integrada – AFI;

**10.7.7.** Apresentar justificativas e documentos comprobatórios referente aos pagamentos correspondente a Natureza de Despesas 3390.9293 – Indenizações e Restituições, aos credores no valor total de R\$ 91.908.261,71, demonstrado no Relatório de Execução de Despesa por Natureza, no Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI,



**ACÓRDÃO Nº2030/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

relativo ao exercício de 2018, visto a ausência dos seguintes documentos: a) Motivação pelo qual a despesa não foi empenhada ou paga na época própria; b) O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores, pela autoridade competente; c) Justificativa que caracterizou a situação de urgência, em afronta ao art. 26, Parágrafo Único, inciso I, da Lei nº 8.666/93; d) Razão da escolha do fornecedor, em afronta ao art. 26, Parágrafo Único, inciso II, da Lei nº 8.666/93; e) Termo de Ajuste de Contas, documento necessário para proceder a liquidação dos valores devidos, no qual deverá constar a descrição do objeto, a atestação dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo fornecedor, em afronta ao art. 63, § 2º, inciso I, da Lei 4.320/64;

**10.7.8.** Apresentar justificativas e documentos comprobatórios referente aos pagamentos correspondente a Natureza de Despesas 3390.9301 – Indenizações, aos credores no valor total de R\$ 200.329.126,20, demonstrado no Relatório de Execução de Despesa por Natureza, no Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI, relativo ao exercício de 2018, visto a ausência dos seguintes documentos: a) Justificativa que caracterizou a situação de urgência, em afronta ao art. 26, Parágrafo Único, inciso I, da Lei nº 8.666/93; b) Razão da escolha do fornecedor, em afronta ao art. 26, Parágrafo Único, inciso II, da Lei nº 8.666/93; c) Termo de Ajuste de Contas, documento necessário para proceder a liquidação dos valores devidos, no qual deverá constar a descrição do objeto, a atestação dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo fornecedor, em afronta ao art. 63, § 2º, I, da Lei 4.320/64;

**10.7.9.** Considerando que houve no exercício o pagamento de despesas expressivo no valor de R\$ 10.038.442,27, com Tratamento fora do domicílio – TFD, na Natureza de Despesas 3390.4801 – TFD, demonstrado no Relatório de Execução de Despesa por Natureza, no Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI, relativo ao exercício de 2018, pedimos que seja apresentado os seguintes documentos comprobatórios dos processos de concessão TFD dos pacientes: a) Laudo médico de tratamento fora de domicílio, cópias dos exames diagnósticos, cópias do RG, CPF e Cartão Nacional do SUS dos pacientes e acompanhantes, comprovantes de residências dos pacientes, Pareceres da Comissão Autorizadora de TFD, documento de conformação de vaga, data e horário de atendimento aos pacientes, declaração da SUSAM de inteira responsabilidade pelas despesas com passagem aéreas, Relatório de alta e Relatório de despesas de viagem; b) Relação das contas bancárias, identificação da fonte pagadora e recebedora, indicando o número das contas correntes, nomenclatura e agências bancárias; c) Relatório de Diárias e Passagens emitidas para o TFD, incluindo o nome das empresas contratadas para a prestação do serviço, devendo ser listados os pacientes e respectivos; d) Relatório de Diárias e Passagens emitidas no exercício de 2018, não relacionadas ao



**ACÓRDÃO Nº2030/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

TFD, mas emitidas em nome da SUSAM e FES incluindo o nome das empresas contratadas para a prestação do serviço, devendo ser listados os beneficiários das Diárias e Passagens; e) Relatório detalhado dos processos de locação de UTI aérea, com indicação dos nomes dos pacientes e seus respectivos acompanhantes;

**10.7.10.** Na análise do procedimento licitatório cujo o objeto a contratação de pessoa jurídica, especializada em Auditoria Externa nos contratos da SUSAM, por Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, para prestação de serviços de análise nos contratos/convênios de todo o complexo hospitalar do Estado do Amazonas, na Secretaria de Estado de Saúde – SUSAM, visto a ausência dos seguintes documentos: a) Justificativa que caracterizou a situação de urgência ou de calamidade pública, em afronta ao art. 26, Parágrafo Único, inciso I, da Lei nº 8.666/93; b) Razão da escolha do fornecedor, em afronta ao art. 26, Parágrafo Único, inciso II, da Lei nº 8.666/93; c) Justificativa do preço praticado, visto que o valor total do Termo de Contrato nº 006/2018- SUSAM, foi na ordem de R\$ 597.600,00; d) Ausência da comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, da dispensa de licitação, ratificação e publicação da dispensa de licitação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento do processo pela autoridade superior; e) Apresentar documentos comprobatórios de que a empresa contratada situa escritório físico na cidade de Manaus, conforme estabelece o projeto básico em seu item 4.1; f) Comprovar através do Atestado de Capacidade Técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado nos termos da legislação pertinente, que a contratada detém experiência anterior com o objeto da contratação, conforme estabelece o projeto básico em seu item 4.1; g) Apresentar documentos comprobatórios de que a empresa contratada possui em seu quadro permanente de pessoal, 10 (dez) profissionais com titularidade de auditores, conforme estabelece o projeto básico em seu item 4.2; h) Apresentar documentos comprobatórios relativo a qualificação técnica, devendo comprovar que seu corpo técnico está devidamente registrado ou inscrito na entidade profissional competente, nos termos do inciso I, do art. 30, da Lei nº 8.666/93;

**10.7.11.** Na análise do Termo de Contrato nº 006/2018-SUSAM, celebrado em 1 de março de 2018, entre o Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e BDO RCS Auditores Independentes S/S, no valor total de R\$ 597.600,00, visto a ausência dos seguintes documentos: a) Portaria de designação do fiscal do Termo de Contrato realizado entre a SUSAM e a empresa BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples, CNPJ: 54.276.936.0001-79, responsável pela execução da prestação do serviço, com indicação da data de início e término no exercício na função; número do CPF, endereço comercial, residencial e número de telefone, atualizados; b) Documentos





**ACÓRDÃO Nº2030/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

comprobatórios da atuação do fiscal do contrato durante a vigência do mesmo; c) Publicação no Diário Oficial do Estado do Termo de Contrato, em forma de extrato, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura; d) Apresentar documentos de comprobatórios de autorização pelos setores competentes da Rede de Saúde do Amazonas, a contratada para a devida execução da prestação de serviço hora contratada; e) Apresentar Relatório de Auditoria do procedimento previamente acordados de análise dos contratos e convênios de todo o Complexo Hospitalar do Estado do Amazonas, elaborado pela empresa contratada.

- 10.8. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 22 de Novembro de 2022

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral